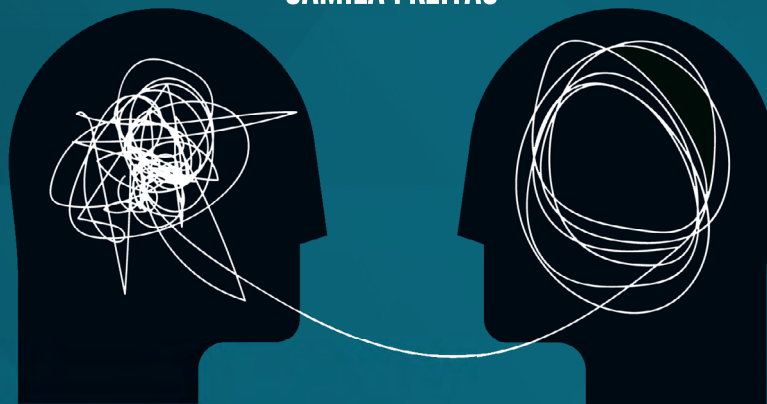


ORGANIZADORAS
ANA TAÍS MARTINS
CAMILA FREITAS



**PESQUISAS
COMUNICACIONAIS
EM INTERFACE
COM ARTE, TECNOLOGIA,
RELIGIÃO, MEIO AMBIENTE**

 pimenta
cultural
2021
SÃO PAULO

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2021 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2021 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - CC BY-NC (CC BY-NC-ND). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural. O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Airton Carlos Batistela

Universidade Católica do Paraná, Brasil

Alaim Souza Neto

Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Alexandre Antonio Timbane

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Alexandre Silva Santos Filho

Universidade Federal de Goiás, Brasil

Aline Daiane Nunes Mascarenhas

Universidade Estadual da Bahia, Brasil

Aline Pires de Moraes

Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Carolina Machado Ferrari

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Andre Luiz Alvarenga de Souza

Emill Brunner World University, Estados Unidos

Andreza Regina Lopes da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Arthur Vianna Ferreira

Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Bárbara Amaral da Silva

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Beatriz Braga Bezerra

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Bernadette Beber

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Breno de Oliveira Ferreira

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Carla Wanessa Caffagni

Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins

Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cláudia Samuel Kessler

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Daniel Nascimento e Silva

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein

Universidade de São Paulo, Brasil

Danielle Aparecida Nascimento dos Santos

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Delton Aparecido Felipe

Universidade Estadual de Maringá, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Doris Roncareli

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Emanoel Cesar Pires Assis

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Erika Viviane Costa Vieira

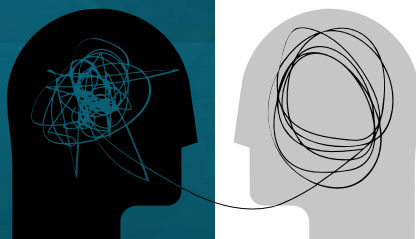
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Everly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil



Direção editorial Patricia Biegging
Raul Inácio Busarello

Diretor de sistemas Marcelo Eyng

Diretor de criação Raul Inácio Busarello

Assistente de arte Lígia Andrade Machado

Assistente editorial Peter Valmorbida

Imagens da capa Pavlokravchenko, Kjpgargetter
Freepik.com

Editora executiva Patricia Biegging

Revisão Autores e autoras

Organizadoras Ana Taís Martins
Camila Freitas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P474 Pesquisas comunicacionais em interface com arte, tecnologia, religião, meio ambiente. Ana Taís Martins, Camila Freitas - organizadoras. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. 304p..

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5939-088-5 (brochura)
978-65-5939-085-4 (eBook)

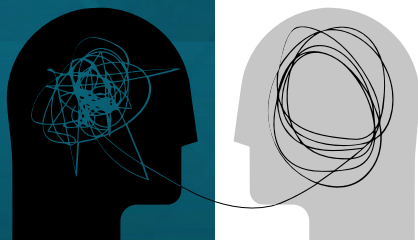
1. Comunicação. 2. Tecnologia. 3. Pesquisa. 4. Sociedade.
5. Organizações. I. Martins, Ana Taís. II. Freitas, Camila.
III. Título.

CDU: 659
CDD: 652

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.854

PIMENTA CULTURAL
São Paulo - SP
Telefone: +55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com

 **pimenta
cultural**
2 0 2 1





10

Luis Fernando Herbert Massoni
Valdir José Morigi

REPRESENTAÇÕES, MEMÓRIA SOCIAL E COMUNICAÇÃO

DOI: [10.31560/pimentacultural/2021.854.169-185](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2021.854.169-185)

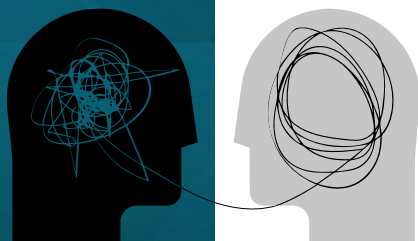
INTRODUÇÃO

Compreendemos que a constituição das memórias ocorre através da criação e do compartilhamento de representações, responsáveis por nutri-las e, ao mesmo tempo, sendo mantidas por elas. Nesse sentido, tecemos aqui uma articulação teórica entre os estudos sobre representações coletivas/sociais e os pressupostos do campo da memória coletiva/social, objetivando traçar uma linha de pensamento que aproxime tais estudos, apontando o papel da comunicação em ambas as teorias. Para tanto, lançamos mão de teóricos/as do campo das representações sociais, especialmente a partir da perspectiva de Serge Moscovici, articulando esse conceito com a memória social, a partir dos escritos de Maurice Halbwachs e outros autores do campo.

REPRESENTAÇÕES, MEMÓRIA SOCIAL E COMUNICAÇÃO: ARTICULANDO CONCEITOS

Para dar conta de compreender a vida do operário do século XIX e, assim, melhor analisar a estrutura social vigente na época, Émile Durkheim concebeu o conceito de “representações coletivas”, objetivando referir-se às formas de saber constituídas no âmago dos grupos sociais e que orientavam as ações dos indivíduos. Durkheim (1979) compreendia que a vida coletiva era feita de representações, que se distinguem dos demais fenômenos da natureza por características particulares e contrariam qualquer método ou os trata como se não existissem. As representações, para o autor, são responsáveis por orientar nossas práticas:

Aquilo que nos dirige não são as poucas ideias que ocupam presentemente nossa atenção; são, isto sim, os resíduos

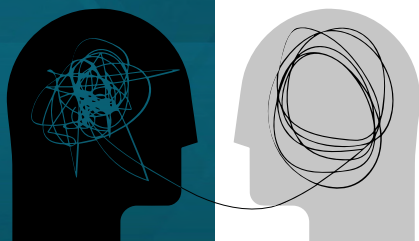


deixados por nossa vida anterior; são os hábitos contraídos, os preconceitos, as tendências que nos movem sem que disso nos apercebamos, são, em uma palavra, tudo aquilo que constitui nossa característica moral. (DURKHEIM, 1979, p. 20).

O autor também aponta para a autonomia das representações, pois, uma vez existindo, elas continuam a existir por si, independente do estado dos centros nervosos que as produziram na memória cognitiva. Segundo Durkheim (1979), as representações coletivas são exteriores às consciências individuais, pois não derivam dos indivíduos isoladamente, mas da cooperação deles. Assim, na fusão do fenômeno social, as características individuais são neutralizadas e apagadas, restando apenas as propriedades mais gerais da natureza humana.

Aproximadamente um século após os postulados de Durkheim, sua teoria é repensada no campo da Psicologia Social e ganha uma nova roupagem, mais preparada para compreender as dinâmicas de uma sociedade industrializada, em que fenômenos como a informação e a comunicação atravessam as representações e as transformam constantemente. Estamos nos referindo ao conceito de “representações sociais” proposto por Moscovici (2003) na década de 1960, importante teoria para pensarmos os processos sociais de produção do conhecimento. O autor se debruçou sobre o “poder das ideias” que orienta as práticas sociais a partir das concepções de mundo compartilhadas pelo senso comum, forma de conhecimento geralmente relegada pela ciência.

Preocupado em compreender como os grupos sociais constroem visões sobre o mundo que os cerca, o autor elaborou o conceito de representações sociais, que seriam sistemas de valores, ideias e símbolos responsáveis por ordenar nossa ação no mundo material e social. As representações convencionalizam e categorizam objetos, pessoas e acontecimentos, possibilitando a comunicação entre os membros de uma sociedade, ao mesmo tempo em que compõem nossa realidade e a representam. As representações, na concepção

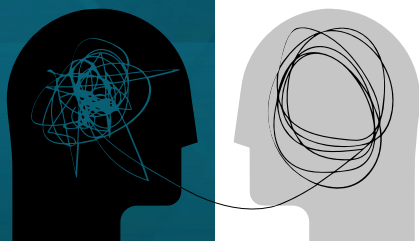


moscoviana, classificam o mundo, codificando e nomeando os fenômenos com os quais nos deparamos no cotidiano.

Para Moscovici (2003), as representações são fenômenos, meios pelos quais recriamos a realidade, estruturas dinâmicas que operam relações e comportamentos, valendo-se menos da razão do que da memória e da convenção social. As representações estão presentes em nosso cotidiano e influenciam diretamente nossas atitudes perante o outro e o ambiente, além de nossos modos de ser e estar. O autor da Teoria das Representações Sociais (TRS) desejava desvendar de que modo construímos um mundo estável e previsível, ainda que sua origem advenha de uma sociedade diversa.

Aprofundando a perspectiva Moscoviana, Denise Jodelet aproxima a TRS do conceito de memória, compreendendo a representação social como uma produção mental com o objetivo de preencher a ausência de um objeto que não está presente (objeto aqui compreendido como coisas, pessoas, grupos, fenômenos, etc.). Na visão de Jodelet (2001), a percepção dos sujeitos sobre determinado objeto é crucial na construção das representações, influenciada por processos de simbolização e interpretação.

Abordar os sujeitos no campo das representações sociais é referir-se a dimensões físicas e cognitivas, levando-se em consideração a subjetivação inerente à compreensão das representações que os sujeitos, sejam individuais ou coletivos, atribuem aos objetos que constituem seu meio social e material (JODELET, 2009). Os sujeitos, na concepção da autora, não podem ser concebidos como indivíduos isolados, mas como atores sociais ativos, constantemente afetados por diferentes aspectos da vida cotidiana, através das comunicações que estabelecem com os grupos sociais. Assim, compreende-se como a memória é importante na formação das representações, na medida em que: do ponto de vista do sujeito, ele constrói representações a partir das impressões que mantem em sua memória; do ponto de



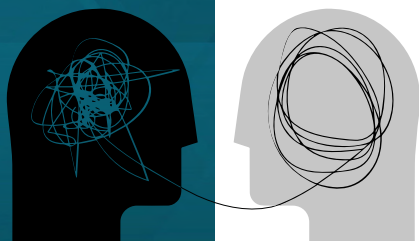
vista social, as representações só emergem em grupo porque há uma memória coletiva responsável pelo compartilhamento de impressões entre os sujeitos.

Esse compartilhamento de impressões, por sua vez, ocorre através da comunicação. Moldando as informações que produzimos e compartilhamos uns com os outros, as representações constituem a comunicação humana, pois, conforme Gerard Duveen, as representações estão presentes na mídia que lemos e olhamos, inserindo-se em nosso cotidiano, sendo estruturadas e transformadas pela comunicação. O ato comunicativo se caracteriza por fluxos informacionais, possibilitando a dialogicidade necessária à construção das representações.

As representações são sempre um produto da interação e comunicação e elas tomam sua forma e configuração específicas a qualquer momento, como uma consequência do equilíbrio específico desses processos de influência social. Há uma relação sutil, aqui, entre representações e influências comunicativas [...]. (DUVEEN, 2003, p. 21).

A TRS reserva à comunicação um lugar de destaque, embora seu papel seja controverso: ao mesmo tempo em que as representações podem ser o produto da comunicação, sem elas, não há comunicação (DUVEEN, 2003). As práticas comunicativas mantêm as representações em circulação e permanente transformação, alterando a estabilidade de sua organização e estrutura, em um contexto no qual novas práticas comunicativas propiciam a emergência de novas representações.

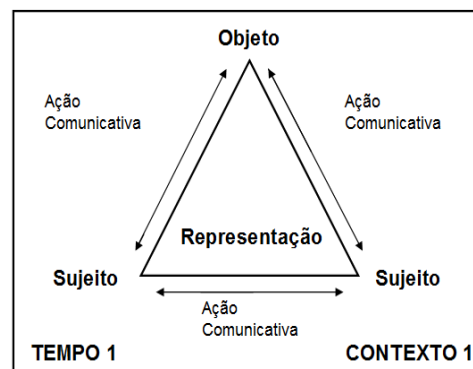
Também refletindo sobre essas relações, Sandra Jovchelovitch nos lembra da ideologia que permeia as representações, que são utilizadas em disputas de poder, comunicando as representações com o objetivo de influenciar opiniões. Isso torna as representações heterogêneas, por serem fruto das tensões entre os diferentes sujeitos sociais, que reorganizam o mundo através de novas formas de representar o representado (JOVCHELOVITCH, 2008). Para a autora, as representações são constituídas sob a influência dos estoques prévios



de representações, com ideias pré-existentes sobre o representado, sendo criadas em esferas públicas destradicionalizadas, em que há o confronto decorrente da diversidade, onde o novo é característica cotidiana, por isso são abertas e instáveis.

A autora afirma que as representações são construídas a partir do *status* e do posicionamento dos interlocutores dos processos comunicacionais, os laços emocionais e as assimetrias entre eles (JOVCHELOVITCH, 2008). As representações nos apresentam uma visão sobre o passado, mas também influenciam em nossas práticas futuras, pois se fundam na memória do passado e são construídas em um contexto presente que orienta as decisões. Assim, conforme Jovchelovitch (2004), elas envolvem: produtores e sujeitos do saber, com suas identidades, interesses, acesso a recursos e poder; meios de produção do saber e as relações sociais entre as pessoas e seu ambiente social e natural; e os produtos e objetos do saber, quais sejam os objetos físicos ou abstratos que constituem o meio ambiente simbólico e material de uma comunidade humana. Assim, a produção e a recepção das representações são mediadas, estando a representação social imersa em uma ação comunicativa (JOVCHELOVITCH, 2004), conforme observamos na Figura 1.

Figura 1 – Os Elementos Constitutivos e o Modo de Produção das Representações



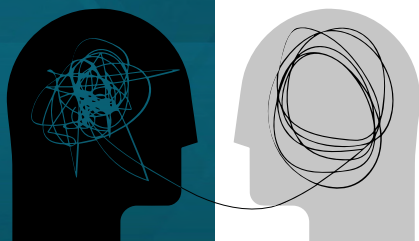
Fonte: Jovchelovitch, 2004, p. 23.

A representação ocorre através do vínculo entre os sujeitos e o objeto representado, sendo que cada sujeito cria sua representação, que é modificada de acordo com as comunicações estabelecidas. A autora compreende que a representação não se faz nos cantos do triângulo, mas no “entre” dos elementos que o constituem, compondo uma estrutura de mediação na qual o trabalho comunicativo constrói símbolos através dos sentidos e significados atribuídos (JOVCHELOVITCH, 2004). Por óbvio, tudo isso ocorre em um tempo e contexto definidos, como consta na figura.

Esses contextos jamais podem ser desconsiderados, pois é a partir deles que as representações podem ser compreendidas. A esse respeito, Vera França acredita que elas estão intimamente ligadas ao contexto histórico e social através da reflexividade, produzidas a partir de processos sociais, dinamizando e condicionando nossas práticas sociais. Conforme França (2004), observar o contexto requer atentar-se à história do local, o que explica certas representações que muitas vezes reforçam ideias pré-concebidas. Por sofrerem permanentes alterações na sua dimensão simbólica e em suas formas concretas de manifestação, elas tornam-se menos claras, objetivas e identificáveis. A comunicação atua nesse fenômeno, pois ela

[...] é esse processo em que imagens, representações são produzidas, trocadas, atualizadas no bojo de relações; esse processo em que sujeitos interlocutores produzem, se apropriam e atualizam permanentemente os sentidos que moldam seu mundo e, em última instância, o próprio mundo. (FRANÇA, 2004, p. 23).

Na perspectiva da autora, a comunicação é uma troca, interação e situação comunicacional inerente à relação, que é mediada discursivamente, produzindo sentidos a partir do contexto relacional. Essa perspectiva aproxima-se bastante das questões apontadas por Jovchelovitch (2004), conforme figura acima apresentada, tanto que França (2004) destaca os conceitos de “mediação” e de “representação

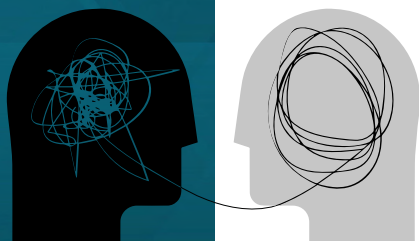


social” na constituição de sua teoria sobre a comunicação. Conforme a autora, a representação não é algo claro, objetivo e identificável, pois sofre permanentes alterações na sua dimensão simbólica e nas suas formas concretas de manifestação (aparição sensível). Já a mediação diz respeito às nossas práticas sociais e à forma como nos inserimos na cultura, na história e no cotidiano.

Assim, compreendemos que a representação tem sua dimensão simbólica alterada pelos contornos que lhe damos em nossas ações comunicativas, que também são as formas pelas quais ela se manifesta. A comunicação, para França (2004), tem seu papel enquanto constituinte das mediações e das representações e sua abordagem diz respeito à apreensão desse movimento de constituição.

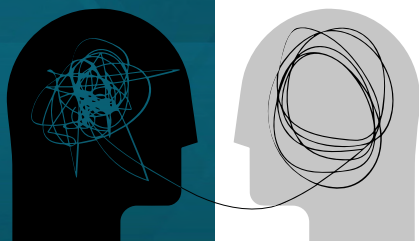
Em sua aproximação entre a representação social e o campo da memória, José Francisco Valencia (2005) explica que ambos se desenvolveram a partir do questionamento de visões epistemológicas estáticas e de formas individualistas e simplistas de compreensão das dinâmicas sociais. Ambos se desenvolveram a partir do campo da Psicologia, inicialmente com uma perspectiva individualista que, quando dava conta do social, opunha-o ao individual, como se indivíduo e coletividade fossem duas categorias distintas e independentes. O autor explica que, na perspectiva dos psicólogos, o *ato de memória* era tido como um processo psicológico ou artifício cognitivo com a função de auxiliar o indivíduo na retomada da informação do passado, tal como ela ocorreu, atribuindo à memória uma função de instrumento preciso de recuperação, com força evocativa inquestionável.

Nesse ponto, identificamos uma problemática a ser pensada: a memória como “resgate” do passado. Esse é um viés que hoje já não encontra respaldo nos estudos em memória social, pois compreendemos que lembrar é sempre um processo de atribuição de novos significados, ou seja, é olhar para o passado com as lentes do presente, tendo em vista um futuro desejado. O ato de lembrar, em



si, é sempre permeado por limitações, imperfeito por natureza, pois o passado não pode ser simplesmente restituído, tendo em vista que toda reconstrução é sempre marcada pela dúvida. Assim sendo, não há espaço para “resgates”, na medida em que os acontecimentos do passado não podem ser reconstruídos na sua integralidade, pois nada sobrevive de forma intacta à passagem do tempo. Tudo muda e se transforma de acordo com os novos acontecimentos e seus contextos e o que sobra são os fragmentos, os vestígios, os rastros, os resíduos que podem ser acessados através das representações ou lembranças individuais e coletivas. Entretanto, quando pesquisadas, elas dão conta apenas de visões parciais dos acontecimentos, versões de uma narrativa sobre o ocorrido, pois nunca o regeneram completamente em sua integridade, pois a memória é dinâmica e não pode ser cristalizada.

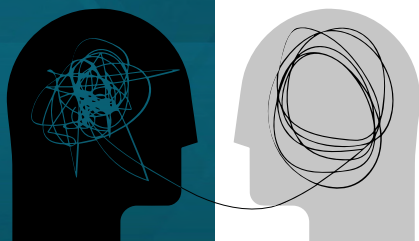
Não é à toa que essa perspectiva se mostrou insuficiente já na década de 1930, pois o próprio Henri Bergson, filósofo precursor dos estudos contemporâneos de memória, já a compreendia como relativa, um lugar de encontro entre passado e presente, tendo a memória o papel de prolongar o passado no presente (VALENCIA, 2005). Cabe lembrar, também, que Bergson inspirou seus estudos em Durkheim (1979), que já no século XIX tecia apontamentos sobre o papel da memória cognitiva na construção das representações, compreendendo que era um equívoco reduzir a memória a apenas um fator orgânico. Ele afirmava que a memória era responsável por preservar as representações passadas e que o ato de rememoração não consistia em uma criação nova e original, mas em uma nova manifestação perante a claridade da consciência. Ainda assim, cada nova lembrança era um fenômeno absolutamente novo, configurando-se em uma sensação original, não restando exatamente aquilo que ocorreu inicialmente. Seguindo nessa perspectiva, os estudos de Maurice Halbwachs evidenciaram que a memória era atividade construtiva, lembrando o passado por meio de marcos compartilhados para sua compreensão – os quadros sociais da memória.



Imbuído das ideias de Bergson do ponto de vista filosófico e de Durkheim do ponto de vista sociológico, Halbwachs (1990) estudou os problemas do nível de vida e da evolução das necessidades sociais a partir da observação de uma camada social específica: os operários. O autor propôs o conceito de “memória coletiva”, compreendendo que existiam tantas formas de viver e de se relacionar com os bens materiais quantos os grupos sociais. Estes teriam uma “memória coletiva” que asseguraria a conservação desses modos de viver, embora essa memória não impedisse que as mudanças ocorressem nos grupos face aos contextos econômicos e sociais.

A concepção de representações coletivas de Durkheim (1979) e o conceito de memória coletiva de Halbwachs (1990) possuem uma origem em comum: o estudo dos operários e das suas práticas sociais, visando compreender o que havia por detrás das estruturas que os mantinham unidos enquanto grupo social. Esses indivíduos, mesmo que relativamente heterogêneos, pois cada um possuía anseios e desejos próprios, compartilhavam de representações em comum que estavam enraizadas em uma memória coletiva responsável por gerar uma coesão social importante para a manutenção desse grupo e de suas condições de trabalho.

A partir da explanação do conceito de Halbwachs, percebemos que o autor já compreendia a sociedade como um organismo vivo, no sentido de que está aberta às mudanças e é justamente por isso que se faz necessária a memória coletiva: assegurar a manutenção dos laços sociais que, de outro modo, poderiam enfraquecer-se com o tempo. Nas palavras do autor, “[...] se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que o recordamos, do ponto de vista desse grupo.” (HALBWACHS, 1990, p. 41). Nossas vidas, nessa perspectiva, só podem ser pensadas a partir das comunicações (práticas comunicativas) e das interações que estabelecemos uns com

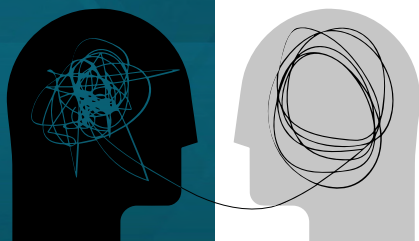


os outros, pois nos caracterizamos essencialmente pelo nosso grau de integração no tecido social, daí o fundamento do conceito de memória coletiva: nunca estamos sós.

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos, os que estiveram mais frequentemente em contato com ele. (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Compomos grupos sociais (família, amigos, faculdade, trabalho, futebol, etc.) e, mesmo quando fisicamente distantes deles, somos regidos por suas regras e agimos como se ao seu lado estivéssemos. Ou seja, mesmo quando estamos sós fisicamente, emocionalmente não o estamos, pois continuamos orientando nossos comportamentos de acordo com os grupos dos quais fazemos parte. Não é o indivíduo em si ou alguma entidade social que recorda, pois ninguém pode se lembrar realmente a não ser em sociedade, pela presença ou pela evocação, portanto recorrendo aos outros ou a suas obras. Em outras palavras, a memória coletiva existe porque carregamos uns aos outros em nossas mentes e em nossos corações.

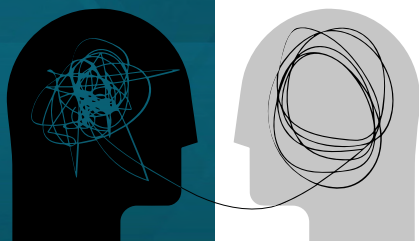
Além disso, lembramos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Para Halbwachs (1990), compartilhamos lembranças em comum com outras pessoas, que nos ajudam a recordá-las e nos voltamos a elas para melhor recordar: adotamos seus pontos de vista, entramos em seus grupos, dos quais continuamos a fazer parte, e experimentamos sua influência, encontrando em nós mesmos muitas das ideias e modos de pensar que não possuiríamos sozinhos. Para o autor, é comum que imagens impostas pelo meio em que vivemos modifiquem a impressão que guardamos de um fato.



É muito comum atribuímos a nós mesmos, como se apenas em nós se originassem, as ideias, reflexões, sentimentos e emoções que nos foram inspiradas pelo grupo social. [...] já não sabemos onde está o ponto de partida das vibrações, se em nós ou nos outros. (HALBWACHS, 1990, p. 64).

Do mesmo modo, a representação, seja coletiva (DURKHEIM, 1979) ou social (MOSCOVICI, 2003), é maior do que as representações individuais e as influencia, mas ela não se trata simplesmente de uma soma de representações individuais. Em vez de soma, ela pode ser interpretada como síntese, na medida em que é o atravessamento das representações individuais que forma as representações coletivas/sociais e não apenas a sua junção. Além disso, os autores também compreendiam que não era possível apontar onde começa uma representação e a outra acaba, pois elas se interpenetram no curso contínuo de representações (DURKHEIM, 1979). Esse aspecto é fundamental para entendermos a premissa de que uma representação nunca é isolada, ela sempre é mantida e reforçada por outras representações, estando em permanente interação com elas. As representações são suscetíveis de agir umas sobre as outras, combinando-se conforme as leis que lhes são próprias.

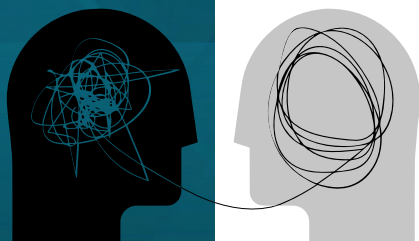
Indivíduos que compartilham de representações em comum não necessariamente possuem as mesmas concepções sobre os fenômenos representados, pois não compartilham conteúdos e significados em sua totalidade, uma vez que o que as representações proporcionam é a dialogicidade entre os membros do grupo social (MOSCOVICI, 2003). Do mesmo modo, Halbwachs (1990) compreende que os indivíduos que compõem um determinado grupo social não partilham de todos os elementos da memória coletiva formada, pois cada um se apropria de forma diferente dela, como se em cada sujeito houvesse resquícios da memória compartilhada, mas nenhum deles a detém em sua completude.



Quando pensamos as relações e as aproximações entre representações e memória, precisamos considerar que as representações sociais engendram, ao mesmo tempo, flexibilidade e estabilidade, permanência e mudança, sempre dependentes do passado, através da ancoragem, mas sem jamais deixarem de se modificar a partir dos diferentes contextos (VILLAS BÔAS, 2015). A memória opera por caminhos semelhantes, ao proporcionar a estabilidade necessária à permanência do grupo social, sem, no entanto, engessá-lo em torno da sacralização de um passado a ser simplesmente memorado.

A partir das concepções durkheimianas, passamos a perceber uma sinonímia entre representação coletiva e memória coletiva, uma perspectiva que reduzia a memória a um arquivo de representação. Entretanto, Jô Gondar (2016) salienta que essa perspectiva é um equívoco, pois a representação não dá conta dos processos microssociais. Para a autora, reduzir a memória a um campo de representações é desprezar as condições processuais de sua produção. Nessa concepção, memória social é um processo no qual as representações são apenas uma parte: aquela que foi cristalizada e legitimada em uma coletividade. A autora faz um apontamento importante, mas convém destacar que ela se refere apenas à representação na concepção durkheimiana, não abordando a perspectiva moscoviana que, como visto anteriormente, a confere um caráter menos estático e homogêneo. De qualquer forma, o argumento da autora de que memória e representação não são sinônimos nos parece válido.

Memória e representação são fenômenos complementares, na medida em que um depende do outro para existir. De acordo com Eduardo Ismael Murguia (2010), os estudos sobre memória individual centralizam-se nas representações que os sujeitos fazem do passado, ao passo que os estudos sobre memória coletiva focam na negociação realizada para a construção de uma memória

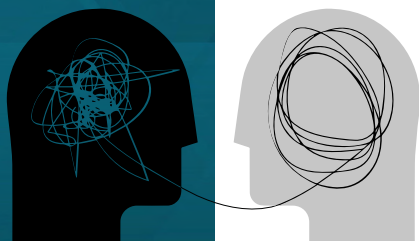


que faz uso do passado para a criação de uma identidade coletiva. Nesse sentido, a representação está a serviço da memória e da construção de discursos, necessária à coesão social desejada pela identidade coletiva.

[...] a memória seria uma espécie de cordão que amarraria nossos atos e pensamentos, permitindo uma continuidade que, ao longo de um período de tempo, articulasse nossa existência. Existência no sentido de podermos construir um *eu* racional, capaz de perceber nossa própria individualidade. Assim, presentificando o passado de forma contínua e constante, somos capazes de lembrar acontecimentos, ideias, fisionomias, etc. vivenciados recentemente, ou num passado remoto, permitindo a formação de pensamentos e a experiência de sentimentos. (MURGUIA, 2010, p. 19).

De acordo com o autor, o próprio pensamento é constituído pela representação da linguagem, sendo a memória uma representação de algo longínquo no espaço e no tempo. A memória se utiliza de imagens cristalizadas através de representações, mas se distingue da imaginação porque é possível lembrar ou esquecer apenas do que existe ou existiu – ou pelo menos assim acreditamos. Já a imaginação, mesmo que às vezes utilize-se de vivências passadas, remete a um futuro, a um poder-ser (MURGUIA, 2010). O caráter imaginativo compõe a memória, assim como compõe a representação, o que enaltece o valor da memória enquanto fruição e lugar de manifestação de nossos desejos.

Salientamos que os processos de exclusão e seleção de memórias estão relacionados às representações construídas pelos sujeitos envolvidos – ou nas representações que eles, voluntária ou involuntariamente, desejam perpetuar. No âmbito da TRS, encontram-se conceitos que se aproximam do que o campo da memória social compreende como *esquecimento* e *silêncio*. Termos como *não-dito* e *zona muda*, por exemplo, dão conta das ausências que identificamos nas narrativas que circulam socialmente.

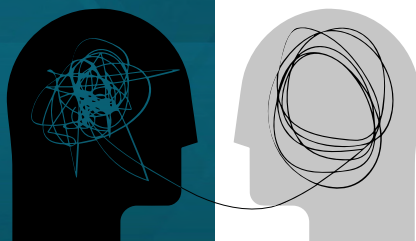


Em seu estudo sobre a ausência em mapas mentais, Ana Carolina Dias Cruz e Angela Arruda (2008) salientam que a temática do ausente já era pensada desde o livro germinal de Moscovici, *A Representação Social da Psicanálise*, em que o autor concebia que a ausência permitia compreender como valores morais dos grupos atuavam na seleção do que compõe sua representação. Conforme as autoras, termos como *não-dito* e *zona muda* foram posteriormente utilizados por Denise Jodelet e Jean Claude Abric, para se referir aos “[...] elementos das representações que dificilmente aparecem nos discursos por não coincidirem com as normas sociais ou por ameaçarem o grupo de alguma forma” (CRUZ; ARRUDA, 2008, p. 802). Para as autoras, as ausências podem ter diversas funções, mas justamente por estarem escondidas, identificá-las requer um esforço metodológico.

Ou seja, em nossas práticas comunicacionais, aquilo que não é comunicado passa a compor as zonas-mudas ou os não-ditos das representações, o que, do ponto de vista da memória, reforçaria esquecimentos. Nesse sentido, a definição do que lembrar e do que esquecer é expressa em nossos processos comunicativos, pois são nossos discursos e narrativas que visibilizam ou invisibilizam assuntos, pessoas, objetos ou quaisquer outros fenômenos que poderíamos compartilhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As representações são enquadramentos do mundo que utilizamos para formar nosso conhecimento. Cognitivamente, apreendemos porque classificamos os objetos, as pessoas e os demais fenômenos que nos circundam. Isso auxilia no processo de ancoragem, pois somos capazes de alocar um objeto estranho em uma determinada categoria e etiquetá-lo a partir de esquemas



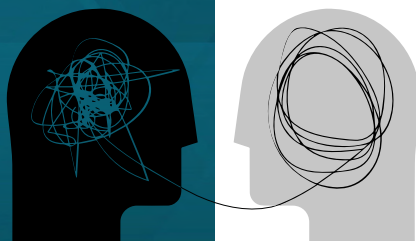
já conhecidos. Esses esquemas, ao serem compartilhados com o grupo social, constituem nossas representações sociais. Além disso, as representações são responsáveis pela construção e mediação de nossas memórias, sendo armazenadas nelas em forma de informações, estando posteriormente disponíveis para serem lembradas ou esquecidas, susceptíveis ao passar do tempo e às vontades. Essas vontades influenciam nossos discursos e conformam a memória, que só é social porque é comunicada.

Assim, as mediações dos sentidos que realizamos no cotidiano se articulam com nossas práticas comunicacionais, às quais são fundamentais para formar e reforçar as memórias que compartilhamos enquanto grupo social. As representações sociais possuem um percurso em comum com as memórias sociais e ambas só se perpetuam e se transformam porque são comunicadas.

Entretanto, percebe-se a necessidade de estudos teóricos e empíricos que ampliem essas aproximações entre representações, memória social e comunicação, principalmente diante das apropriações das informações difundidas pelas mídias digitais e a velocidade dos fluxos informacionais na atualidade. Assim, podemos compreender os fenômenos comunicacionais cotidianos e as novas articulações de forma dinâmica, de acordo com as transformações dos tempos e dos contextos socioculturais.

REFERÊNCIAS

- CRUZ, A. C. D.; ARRUDA, A. Por um estudo do ausente: a ausência como objetivação da alteridade em mapas mentais do Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 789-806, jul./dez. 2008.
- DURKHEIM, É. Representações individuais e representações coletivas. In: DURKHEIM, É. *Sociologia e Filosofia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979. p. 15-49.



DUVEEN, G. Introdução: o poder das ideias. In: MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 7-28.

FRANÇA, V. R. V. Representações, mediações e práticas comunicativas. In: PEREIRA, M.; GOMES, R. C.; FIGUEIREDO, V. L. F. *Comunicação, representação e práticas sociais*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO; Aparecida: Ideias & Letras, 2004. p. 13-26.

GONDAR, J. Cinco proposições sobre memória social. *Morpheus*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 19-40, 2016.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

JODELET, D. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 17-44.

JOVCHELOVITCH, S. *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2008.

JOVCHELOVITCH, S. Psicologia social, saber, comunidade e cultura. *Psicologia & Sociedade*, v. 16, n. 2, p. 20-31, maio/ago. 2004.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MURGUIA, E. I. A memória e sua relação com arquivos, bibliotecas e museus. In: MURGUIA, E. I. (Org.). *Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus*. São Carlos: Compacta, 2010. p. 11-32.

VALENCIA, J. F. Representações sociais e memória social: vicissitudes de um objeto em busca de uma teoria. In: SÁ, C. P. de (Coord.). *Memória, imaginário e representações sociais*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 99-119.

VILLAS BÔAS, L. História, memória e representações sociais: por uma abordagem crítica e interdisciplinar. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 45, n. 156, p. 244-258, abr./jun. 2015.

